

UMA EDUCAÇÃO PARA A DIASPORA: OS DISCURSOS SOBRE A INSTRUÇÃO EM MACAU EM FINAIS DO SÉC. XIX

*Rui Simões**

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura estabelecer alguns dos aspectos relativos à situação do ensino em Macau, em particular junto da comunidade macaense, no último quartel do século XIX. O desenvolvimento de projectos sobre educação é fruto do posicionamento de vários personagens fundamentais na vida pública de Macau, maioritariamente *filhos da terra*, e interlocutores preferenciais na vida política, com frequência os mesmos ou das mesmas famílias. A questão inicial reside em pensar quais terão sido as conjunturas em que terá emergido o conjunto de preocupações desse agrupamento, e quais as finalidades dos projectos esboçados. Sem discutir agora as dimensões da comunidade tal como era definida pelos mentores destas propostas¹, indiferenciadamente designados por *macaenses* ou *portugueses de Macau*, pelos próprios, assinala-se contudo a historicidade da própria abrangência do conceito: para portugueses e chineses, como para os próprios macaenses, as «franjias» da comunidade não terão sido sempre idênticas.

Não está em causa, de momento, questionar quais as medidas e políticas educativas que efectivamente foram implementadas, visto que essas reflectem sobretudo a articulação com as instituições educativas existentes, e as entidades determinantes na vida pública, social e política do Território: a Igreja, o Leal Senado e o Governo. Contudo, verificou-se em meados do século passado um processo de afirmação da comunidade macaense na vida pública e no plano institucional, de que resultou uma dinâmica associativa, a busca de uma escolarização específica (consubstanciada também pela formação de uma associação) e a vulgarização da imprensa, reflexo e palco dos grupos de pressão existentes no Território.

* Bolseiro da Fundação Oriente.

¹ Afastamo-nos aqui da discussão sobre a origem e a delimitação da comunidade macaense, em termos absolutos, tal como tem sido frequentemente instaurada (cf. Batalha, 1974; Teixeira, 1965; Amaro, 1988; Lessa, 1974).

O CONTEXTO SOCIOECONOMIÇO DE MACAU NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Após a cedência de Hong Kong aos ingleses, em 1842, Macau manteve fontes de receita que beneficiaram de forma geral o Território, e em particular a administração pela tributação assim obtida; o tráfico dos *coolies*, o tratamento e comercialização do ópio, e globalmente o comércio da costa do Oeste, ainda que em competição com o porto de Hong Kong, vinham juntar-se ao jogo (exclusivo da lotaria *vae-seng*).

Em 1875 é extinto o tráfico de *coolies*, já em declínio. A preferência de que Macau usufruía na actividade portuária na costa do Oeste perde-se com a abertura, em 1876, de Kung-Chau e posteriormente de Pac-Hoi². Em 1885 a China termina com o monopólio do *vae-seng* e em 1887, com o estabelecimento da Alfândega da Lapa, fica comprometido o contrabando de ópio; entretanto, o chá da Índia e de Ceilão competem com o mercado do chá chinês, veiculado por Macau; o comércio com Tonquim extingue-se, pela prevalência entretanto tomada pela França; concomitantemente, o progressivo assoreamento do porto³ acentua o declínio da actividade mercantil de Macau.

Os comerciantes ingleses instalados no Território deslocaram-se para Hong Kong⁴, bem como parte dos comerciantes chineses aqui radicados, seja porque os aliciantes do Território desapareciam, seja porque não existia uma estrutura financeira organizada⁵, com quadros e sistemas contabilísticos que suportassem uma actividade bancária ou de seguros adequada. Os quadros existentes, sobretudo provenientes da metrópole, encontravam-se na administração e dedicavam-se a aplicar as disposições de tributação e fiscalização, sem condições para competir num modo mais elaborado de economia de mercado.

² Cf. «O futuro de Macau» in *Echo Macaense*, 1894.01.09 (26): p. 1, (transcrição do relatório no Hong Kong Telegraph, de A. E. Hisppisley, comissário da Alfândega da Lapa).

³ «A significativa quebra da população marítima relativa ao porto de Macau constitui outro sintoma de recessão em que o Território se encontrava mergulhado. Assim, temos uma quebra, entre 1867 e 1878 de 43 por cento da população marítima e de 17 por cento da população chinesa recenseada na Península de Macau» in Pinto, C. L. — 1.º recenseamento geral de Macau, in *Rev. de Estudos Luso-Asiáticos*, (1), Set, 92: p. 72.

⁴ «A vitalidade de Macau./ E a necessidade da iniciativa local para a conservar./ Conta a tradição local que, quando Hong Kong foi cedida aos ingleses, os negociantes d'essa nacionalidade que aqui residiam e exerciam o commercio, ao mudarem a sua residência e a base das suas operações comerciais para a nova colónia, vaticinaram que dentro de poucos annos, a ruína e a desolação assentariam os seus arraiais sobre esta cidade, que viria a servir unicamente para os pescadores chinas enxugarem n'ella as suas redes e viverem nos tristes pardieiros em que se converteriam as suas casas, mesmo as da Praia Grande» in *Echo Macaense*, 1893.07.25 (2): p.1.

⁵ «Os negociantes indígenas asseveram que a falta de bancos que adiantem dinheiro sobre a carga de juncos à chegada do porto, milita efficaçmente contra o commercio de Macau. D'outro lado, em Kongmun já existem essas facilidades» in *Echo Macaense*, 1894.01.09 (26): 1.

As mudanças então sofridas, no plano económico, vêm-se abater em particular sobre os macaenses, para quem o nível de vida se encontrava particularmente comprometido⁶; por outro lado, os capitais residualmente existentes eram progressivamente investidos em empresas de Hong Kong⁷ gerando uma gravitação irreversível da economia de Macau perante a colónia britânica.

UMA IDEOLOGIA DA DIASPORA

A situação económica vivida suscita uma dinâmica migratória crescente entre os filhos da terra⁸ pela pouca vontade de competir com os negociantes chineses instalados em Macau. As acusações sobre a preferência por metropolitanos no funcionalismo redundam na convicção de que não será possível obter emprego na administração⁹.

Ora, se a alfabetização entre macaenses é elevada, e mesmo superior, em média, à dos metropolitanos presentes no Território, poucos se apresentavam com o nível secundário, e somente alguns casos com o nível superior. Em 1878 a «elevada taxa de alfabetização dos portugueses de Macau atestava quer as características urbanas e terciárias do Território, quer uma abertura no que concerne à educação das mulheres. Cerca de 90 por cento estava ligada ao sector terciário (...). A mais elevada taxa de analfabetismo, evidenciada nos portugueses naturais da metrópole, ex-

⁶ «Empregados públicos, militares, advogados e padres, eis as únicas carreiras que estão abertas (...). O commercio e a industria estão fechados aos macaenses, porque os chinas, que absorvem estes ramos de actividade, não admitem para sócios nem para empregados senão os seus compatriotas. Quanto a artes e ofícios (...) não é possível a lucta e a competência entre dois adversários, quando um d'elles possa viver e produzir um trabalho util, por menos da metade do preço do outro» in *Echo Macaense*, 1893.09.26(11): p. 1-2.

⁷ O mesmo se passando com grande parte das verbas captadas e acumuladas por associações e instituições, como consta dos relatórios de contas deste eríodo, repartindo-se apenas com o investimento imobiliário local.

⁸ Cf. Pinto, op. cit, p. 74 — «Em 1896, mais de 10 por cento dos residentes não chineses de Hong Kong eram de ascendência macaense. Iniciava-se o ciclo da dependência. Atendendo a que a população não-chinesa recenseada em Hong Kong era de 12.709, e em Macau de 3.998, estamos bem perto de encontrar uma proporção de um terço de macaenses radicados na colónia britânica».

⁹ «Desde uma época não muito remota implantou-se em Macau o anti-político systema de prover as vacaturas dos empregos públicos em indivíduos que do reino vinham disputar aos macaenses os lugares que ficavam vagos pela morte, ou reforma, dos antigos empregados. N'essa lucta os vencedores eram quasi sempre aquelles, não porque tivessem para esses lugares mais habilitações do que os macaenses, mas porque (...) lhes favorecia o nepotismo, o patronato» in *Echo Macaense*, 1893.11.28 (20): p. 2; Já em 1903, numa carta de Coimbra, Luiz Nolasco reage de forma assertiva a esta ideia: «os macaenses, por sua vez, teem de mudar de ideias: o emprego público parecer ser o ideal d'elles; é preciso que se lhes diga que é um ideal muito mesquinho. Cá, como lá, ha a mesma doentia aberração; parece que fóra da mesa do orçamento não ha onde ganhar a vida (...) Rapazes da minha terra! Preparaes-vos todos, sem excepção, para ganhades a vida dentro ou fora de Macau, independentemente das migalhas que o governo central vos deixar» in *O Patriota*, 1903.05.13: p. 1.

plicava-se pela origem rural da maioria dos incorporados no serviço militar que prestavam serviço no Território»¹⁰. No censo de 1896 refere-se um crescimento da escolarização, para os metropolitanos, de 48 por cento para 80 por cento, e para os naturais de Macau (com mais de 10 anos de idade), de 74 por cento para 82 por cento¹¹.

Deste modo, após uma escolaridade elementar, a ausência de formação académica específica criava uma mão-de-obra não especializada, com apetência para o sector de serviços, mas sem condições curriculares para competir no mercado de trabalho. Será deste grupo que provém a maior parte dos emigrantes, correspondendo a uma faixa mais jovem da população macaense que vai ocupar nos portos de destino lugares de quadros intermédios, expectativa de resto amplamente retratada¹². Este fluxo de emigrantes torna-se cada vez mais importante para a economia do Território¹³, estabelecendo entre eles e com as famílias em Macau laços de solidariedade e identificação, assentes numa dinâmica associativa nascente.

O fluxo migratório ressentia-se entre *os filhos da terra*, e orienta-se para outros portos da Ásia: Shanghai, Cantão, Kobe, Singapura, etc., para além de Hong Kong. As comunidades constituídas zelam para garantir a representação consular portuguesa, em defesa dos interesses pessoais ou das empresas em que tomam parte. Paralelamente, desenvolve-se uma actividade cultural que privilegia a afirmação dos seus membros como portadores de uma cultura lusófona, por vezes distante da cultura metropolitana e particularmente nas segundas gerações, da própria língua portuguesa, de fraca ou nula utilidade.

A difícil delimitação de uma identidade macaense retomava-se numa consciência de estatuto comum perante os outros—europeus e chineses—e pela posição intersticial afirmada por vários atributos, nomeadamente a ascendência mista, o multilinguismo e a confissão católica; os portugueses de Macau estavam portanto mais próximos dos metropolitanos, para a população chinesa como para si próprios, mas sentiam-se relegados a um estatuto secundário, nomeadamente nas oportunidades de trabalho.

¹⁰ Pinto, op. cit., o. 81.

¹¹ Pinto, op. cit., p. 81

¹² «Por tanto, é somente fora de Macau, nos paizes do extremo-oriente, onde estão estabelecidos europeus, que os macaenses poderão encontrar campo para a sua actividade, como auxiliares dos europeus na exploração do commercio e da industria, cujo desenvolvimento nos vastos e ricos paizes orientaes tem um horizonte largo e brilhante. Mas para este fim é preciso preparar os filhos de Macau de tal modo que o seu trabalho seja n'esses paizes procurado e apreciado» in *Echo Macaense*, 1893.09.26.

¹³ «Não tardará muito que os grandes centros productores do Quang-tung procurem por-se em communicação rápida com o littoral, por meio de barcos a vapor; e Macau, pela proximidade em que está d'alguns d'esses centros, não deixará de lucrar com o incremento da actividade commercial que ha de resultar d'essa innovação. (...) Calculamos que de Hong Kong vem annualmente mais de cem mil patacas para Macau, sôb a forma de dividendos de varias companhias e empresas que ahi têm a sua séde, de juros de capitães em depósito nos bancos, de alugueis de casas cujos proprietários vivem em Macau, e de mesadas dos empregados de commercio para os seus parentes» in *O Macaense*, 1889.07.27 (1.1.II): p. 1.

A dinâmica demográfica da população macaense associa-se a uma outra particularidade da sua constituição por famílias mistas: os macaenses, podendo ser fruto de não macaenses, não podiam controlar o seu crescimento apenas em função das famílias existentes¹⁴. As ligações entre militares portugueses e raparigas chinesas, por exemplo, acresciam a comunidade sem que ela pudesse intervir na sua educação pela rede de relações familiares na educação destas crianças¹⁵, incorporando-as posteriormente. Os factores de reunificação e de aglutinação da comunidade eram portanto predominantemente institucionais, nomeadamente através da Igreja, sobrepondo aos atributos já referidos a pertença à comunidade católica.

Encontramos um discurso recorrente sobre o processo migratório, assente em três ideias fundamentais: *a*) a inevitabilidade de partir, pela situação económica periférica definitiva; *b*) a necessidade de preparar os membros que partem, para lhes garantir um perfil de formação competitivo, e *c*) a necessidade de garantir um elo de ligação entre os grupos de migrantes. Se a emigração era uma necessidade sentida como estrutural, a persistência do seu discurso tem-se mantido — talvez até hoje — como uma ideologia. O que parece transparecer nestes discursos sobre educação são as bases da construção de um cosmopolitismo da comunidade macaense que transcende o espaço físico do Território.

PENSAR A EDUCAÇÃO

Os processos de mudança registados na Europa repercutem-se no discurso oficial sobre a educação, e antecipam parte da legislação; três variáveis se repercutem nos projectos educativos: 1) as teorias pedagógicas centram o ensino na criança, 2) banaliza-se o ensino secundário e liceal laico, e 3) é recomendado o acesso do sexo feminino à educação secundária. O discurso sobre a educação feminina reflecte diferentes quadrantes e sensibilidades: em 1887 a *Voz do Crente* publica «ora sendo a mãe, que pelas circunstancias em que a Divina Providência a collocou (...) a educadora nata de seus filhos, que hão de mais tarde ser os cidadãos da nação» e acrescenta no número seguinte «a mulher, digamol-o de passagem, não nasceu para ser doutora: a mulher foi creada para a alegria do lar»¹⁶; o contraste de valores é marcante nas já citadas propostas de António J. Basto em 1893: «Projecta portanto o Leal Senado (...) crear uma escola

¹⁴ O que poderá indicar uma marcada hierarquização entre macaenses — por pertencer às famílias ditas «antigas», ou por ser de primeira ou segunda geração, etc. — não se conhece, contudo, nenhum estudo que dê conta da estratificação interna da comunidade macaense para esse período.

¹⁵ «Esses numerosos casamentos de praças de pret, que teem nos últimostempos fundado muitas familias, cuja prole, se for abandonada a si mesma, terá um futuro infeliz por falta de meios de subsistência; portanto é necessário, ou virem seu socorro, ou obstar ao seu crescente desenvolvimento» in *Echo Macaense*, 1893.09.26 (1 1): p. 1-2.

¹⁶ A *Voz do Crente*, 1887.05.03 (13): p. 72-73 e 03.12 (13): 80.

central para as meninas, dando-lhe quasi a mesma organização da escola dos meninos, esperando assim que se estabeleça para ambos os sexos o mesmo nível intellectual, que é, como se sabe, a mais segura garantia do mútuo apreço e estima que deve existir entre os dois sexos».

As reflexões sobre a educação patentes na imprensa de língua portuguesa da época, terão sido, como ficou dito, produzidas por macaenses com posições relevantes na vida pública¹⁷, presumivelmente com menores dificuldades económicas. Por outro lado, seja por prestígio ou dedicação, é frequente a sua participação na dinâmica associativa (e nomeadamente na Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, APIM), e a sua ligação a cargos no Senado, e também o relevo em cargos na administração, em particular no expediente sínico¹⁸, razão para se aperceberem da importância do conhecimento efectivo da língua chinesa.

António Joaquim Basto defendia a necessidade dos alunos se familiarizarem com o conhecimento das línguas inglesa¹⁹, chinesa — falada e escrita — e francesa: «O macaense que nasce, vive, e tem de morrer no oriente, precisa ser polyglote, se não se quizer ver isolado e impossibilitado de se communicar com as múltiplas comunidades que o cercam (...) poderá elle estudar a língua sinica fallada e escripta na Escola Central, onde com o auxílio da «Associação Promotora da Instrucção dos Macaenses» se acha estabelecido um curso regular d'esta língua. Para o estudo práctico da língua chinesa, temos a Escola Commercial, onde é de crer que se organizará com o tempo o ensino práctico da língua franceza, cuja importância vae crescendo a olhos vistos pelo alargamento das colónias francezas»²⁰. A língua portuguesa, por sua vez, perde o estatuto instrumental relacionado com o mercado de trabalho externo, referindo-se ainda assim à importância de «conhecer o nosso idioma, para melhor comprehensão das prelecções dos professores e dos compêndios por onde estudam» como um dos objectivos propedêuticos da instrução primária.

A dispersão dos emigrantes macaenses pelos portos da Ásia favorece a tentativa de ligação entre as famílias de origem, em Macau, e o conjunto de famílias agrupadas nos locais de destino. O noticiário das comunidades é frequentemente publicado nos jornais de Macau, e o elo de ligação é o da língua portuguesa, mais tarde o da língua inglesa, já a acompanhar a

¹⁷ Nomeadamente das famílias Nolasco, Remédios, Basto, Batalha, Jorge Silva, Assumpção e Senna Fernandes, entre outras.

¹⁸ Que se manteve, por muito tempo, como a única área da administração que permitia aos macaenses o acesso ao topo da carreira.

¹⁹ É significativa a preocupação de, sempre que possível, preencher as vagas para o ensino do Inglês — e pontualmente também as de contabilidade, etc. — com professores de língua materna inglesa, ou radicados em territórios de língua inglesa; é o caso de Hart Milner, William Pereira, Hambling e os Padres Hornsby e Arkwright, que estiveram ligados à Escola Commercial. O esforço de deslocação e pagamento destes professores era considerável, recebendo estes verbas muito superiores às dos restantes professores. Cf. Teixeira, Pe. — *A educação em Macau*, Macau: DSEC, 1982.

²⁰ Cf. *Echo Macaense*, 1893.09.12 (9) — «Discurso do Ex mo. Sr. Presidente do Leal Senado».

segunda geração de emigrantes. Carreava-se a consciência de que a língua portuguesa deveria ser o principal elemento identificador da cultura que garantia a unidade dos macaenses.

No contexto privado, os portugueses de Macau apresentavam competências linguísticas diversificadas. O conhecimento do português partilhava-se com o *patois* e o cantonense falado, de forma desigual, consoante o nível sócio-cultural dos agregados familiares, e também em função do sexo; o *patois* sofre, no final do século, severos ataques de alguns dos puristas preocupados com o que consideravam uma corrupção e uma ameaça à aprendizagem do português.

A Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, criada em 1871, surge como um caso notável de expressão associativa para dinamizar a educação entre *os filhos da terra*. Cria a «Escola Comercial» em 1878, tendo-se procurado entretanto conciliar com o Seminário²¹, e, mais tarde com o Liceu para o estabelecimento do Instituto Comercial, «de forma a dar corpo à segunda secção do curso comercial»²²; a consciência da necessidade de perspectivar formações alternativas dentro do sistema de ensino parece particularmente nítida no simulacro de trajecto biográfico de um aluno, antecipando a abertura do Liceu: «Supondo organizada a Escola Central, vejamos qual será a vida escolar d'um estudante: entrando um menino de seis annos na Escola Central, terá de permanecer ahi quatro annos ou cinco, se for reprovado em algum anno. Aos dez ou onze annos, entrará no lyceu cujo curso será de quatro annos, sendo apenas o geral, ou de seis annos, se o alumno quizer seguir o curso de letras ou de sciencias. D'este modo é evidente que o alumno quando tiver 14 ou 15 annos terá completado o curso geral do Lyceu e já poderá seguir a carreira commercial ou procurar outra colocação civil, e quando tiver 16 ou 17 annos estará habilitado para seguir viagem ao reino a fim de cursar qualquer profissão liberal»²³.

A criação do Liceu de Macau em 1893, e a sua entrada em actividade lectiva em 1894, reflecte um passo importante para a comunidade portuguesa; não está apenas em causa a possibilidade de formação — o número de alunos que o Liceu realmente mantém nos primeiros anos é muito limitado, e predominantemente, de filhos de metropolitanos — mas representa também para os portugueses de Macau a garantia de que ao território era dado um tratamento equivalente ao da metrópole, esbatendo as marcas de uma hierarquia colonial que contudo os metropolitanos residentes

²¹ Tendo sido acordado o apoio monetário da APIM ao ensino técnico no Seminário desde 1872: «Na aula de escrituração commercial, ultimamente creada com a approvação do conselho d'estudos, hão de estudar-se as seguintes matérias: 1.º Arithmética; 2.º Arte de guarda-livros; 3.º Operações bancárias» (para além da inclusão da língua chinesa — cantonense e mandarim, falada e escrita), cf. *Boletim da Província de Macau e Timor*, 1872.08.31 (18.36): p. 158.

²² Teixeira, *op. cit.*: p. 89.

²³ In *Echo Macaense*, 1893.09.12 (9) — «Discurso do Exmo. Sr. Presidente do Leal Senado».

faziam marcar²⁴. Por outro lado, correspondia à expectativa que algumas das famílias procuravam (e nomeadamente as de melhor situação económica) de semelhança de programas com Portugal²⁵, que garantisse a continuação dos estudos para os filhos.

CONCLUSÕES

A construção de alguns dos discursos sobre a educação da comunidade macaense estabelece-se no equilíbrio entre diferentes necessidades, poderes e finalidades:

1. O Seminário, procurando embora conciliar-se com as necessidades pragmáticas da população macaense, perspectiva as necessidades de formação de religiosos.

2. O Liceu, sob a tutela do Governo, fixa-se na continuação dos estudos na metrópole, e na reprodução dos modelos educativos metropolitanos.

3. As necessidades da parcela mais ampla da população macaense buscam-se no ensino comercial e na diversificação das competências linguísticas, política para o qual o Leal Senado — órgão em que tomam maior expressão — converge com a APIM. A conciliação destas diferentes entidades e objectivos baliza os discursos de uma educação para a diáspora, que visa, com o declínio da situação económica de Macau no último quartel do século XIX, a preparação de uma comunidade cosmopolita, portuguesa por afirmação, desligada dos limites territoriais de Macau e dispersa por toda a Ásia.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Ana Maria — *Filhos da terra*, Macau: ICM, 1988.

AZEVEDO, Rafael Ávila de — *A influência da cultura portuguesa em Macau*, Lisboa: ICALP, 1984.

BATALHA, Graciete — *Língua de Macau: o que foi e o que é*, Macau: CIT, 1974.

²⁴ Note-se o elitismo que inicialmente o movimento associativo releva: o Grémio Militar (depois Clube Militar), postas algumas excepções, limitava na prática o seu acesso aos metropolitanos, ao confinar o estatuto de sócio aos quadros mais elevados do funcionalismo e aos oficiais.

²⁵ «Alguns paes de família desejam que os seus filhos sigam alguma profissão liberal, ou entrem na carreira militar, ou aspirem a uma alta posição burocrática, e por isso querem que os estudos que os seus filhos fizerem em Macau sejam validos em Portugal, para que d'este modo se facilite a admissão na Universidade de Coimbra, e n'outras escolas superiores do reino. Para este fim trabalham para que Macau tenha um Lyceu igual ao de Lisboa e de Porto, a fim de dar à sua prole *uma instrução secundária clássica*. / outros paes de família, menos favorecidos da fortuna» in *O Macaense*, 1886.09.30 (17.5): p. 65. Os próprios professores do Liceu, no decurso da discussão sobre o Regulamento, posicionaram qualquer eventual adequação dos *curricula* ao território: (Art.º 9.º) o ensino das disciplinas do lyceu versa sobre todas as matérias indicadas nos programmas em vigor para os lyceus do reino» (Cf. Liceu Nacional de Macau — *Actas das secções do conselho escolar*, 1894.07.14).

- CREMER, R. D. (ed.)—*Macau: city of commerce and culture*, Hong Kong:: UEA Press, 1987.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO — *Estabelecimentos de ensino em Macau*, Macau: DSE, 1988.
- ENCONTRO SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS (1.º), Macau: IPOR — Serviços de Educação, 1987.
- ESTATUTO ORGÂNICO DO INSTITUTO COMMERCIAL DE MACAU, Macau: Typographia Noronha, 1901.
- LESS A, A. — *A história e os homens da primeira República democrática do Oriente*, Macau: Imprensa Nacional, 1974.
- MONTALTO DE JESUS, C. A. — *Macau histórico*, Macau: Livros do Oriente, 1990.
- PINTO, Carlos L. — 1.º Recenseamento geral de Macau, in *Revista de Estudos Luso-Asiáticos*, Macau: 1991 (1): 71-82.
- PIRES, Benjamim Videira, Padre — A educação em Macau e o esboço da resolução dos seus problemas, in *Boletim Eclesial*, Macau: Diocese de Macau, ano 79 (918): 48-62.
- SILVA, João José da — *Reportório alfabético e choronológico ou índice remissivo da Legislação ultramarina, desde a época das descobertas até 1882 inclusive*, Macau: Typographia do Seminário de S. José, 1886.
- TEIXEIRA, Manuel, Padre — *A educação em Macau*, Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
- TEIXEIRA, Manuel, Padre — *As ordens e as congregações religiosas em Macau*, Macau: Tipografia Soi Sang, 1956-1961 (3.º volume de Macau e a sua Diocese).

